

V-120 - INTERFACE ENTRE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICOS E O PLANO DIRETOR MUNICIPAL: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DESSES INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Mayara Santana Borges⁽¹⁾

Engenheira Sanitarista e Ambiental pela UFBA. Especialista em Docência do Ensino Superior pela UNIFACS. Mestranda em Meio Ambiente Águas e Saneamento na UFBA.

Marcela de Almeida Souza Magalhães

Arquiteta e Urbanista pela UFBA. Especialista em Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade pela Belas Artes de São Paulo. Mestranda em Meio Ambiente, Águas e Saneamento na UFBA.

Luiz Roberto Santos Moraes

PhD em Saúde Ambiental (LSHTM/University of London), Professor Titular em Saneamento (aposentado) e Participante Especial (voluntário) do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento-MAASA da Escola Politécnica, do Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho-PPgSAT da Faculdade de Medicina da Bahia e da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia-RAU+E da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

Endereço⁽¹⁾: Rua Ministro Antônio Carlos Magalhães, 556 - Buraquinho - Lauro de Freitas – BA - CEP: 42.710-400 - Brasil - Tel: (71) 99694-6290 - e-mail: mayarasborges@yahoo.com.br

RESUMO

O Brasil vem enfrentando cada vez mais desafios relacionados ao combate das desigualdades sociais ainda tão presentes no território e apesar dos marcos legais como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e a Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.145/2007) terem atingido uma melhoria significativa na qualidade de vida da população brasileira, a falta de políticas públicas e sociais e/ou de ações efetivas voltadas para a universalização dos serviços públicos de saneamento, habitação e acesso à cidade ainda deixam muito a desejar. Tendo em vista o controle social como fator essencial para legitimar os planos de saneamento básico, os municípios têm buscado desenvolver seus planos por etapas subsequentes, geralmente denominadas de produtos, com contribuições e consentimento da população. O saneamento básico possui relação com a habitação, visto que, reciprocamente, um gera efeitos. Desta forma, o objetivo desse trabalho é mostrar a importância da participação popular, em suas diversas esferas e organizações, no planejamento de políticas públicas e sociais de modo a considerar o planejamento como um processo de decisão político-social e não apenas um produto técnico, tomando como exemplos o plano diretor municipal e o plano municipal de saneamento básico de Luís Eduardo Magalhães-BA.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento, Saneamento Básico, Plano Diretor Urbano, Participação, Controle Social.

INTRODUÇÃO

O Brasil vem enfrentando cada vez mais desafios relacionados ao combate das desigualdades sociais ainda tão presentes no território. O precário desenvolvimento econômico, o difícil acesso aos serviços públicos de saúde, saneamento básico e educação bem como o recrudescimento da pobreza urbana e a velocidade e intensidade que as mudanças nas dinâmicas territoriais acontecem são apenas alguns dos desafios atuais para os gestores. E apesar dos marcos legais como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e a Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.145/2007) terem atingido uma melhoria significativa na qualidade de vida da população brasileira, a falta de políticas públicas e sociais e/ou de ações efetivas voltadas para a universalização dos serviços públicos de saneamento, habitação e acesso à cidade ainda deixam muito a desejar.

Mais de uma década após sua publicação, a Lei nº 11.145/2007 que institui as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico (LNSB), o País ainda enfrenta dificuldade em cumprir suas metas e seguir os princípios fundamentais por ela apresentados. A LNSB, que delibera as

competências do titular dos serviços e estabelece os elementos essenciais e imprescindíveis para a formulação e implementação da política municipal de saneamento básico, traz o controle social como um dos seus princípios fundamentais (BRASIL, 2009) além de colocá-la como elemento transversal frente às quatro funções de gestão do saneamento básico: o planejamento, sendo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) o seu instrumento; a regulação; a prestação dos serviços; e a fiscalização.

Tendo em vista o controle social como fator essencial para legitimar os planos de saneamento básico, os municípios têm buscado desenvolver seus planos por etapas subsequentes, geralmente denominadas de produtos, com contribuições e consentimento da população. Este instrumento de planejamento possui uma etapa denominada de diagnóstico, onde é identificada a situação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, além de caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira do município; em seguida a etapa de prospectiva e planejamento estratégico, onde são estabelecidas alternativas para universalização dos serviços públicos de saneamento básico juntamente com seus objetivos e metas; após esta etapa são estabelecidos os programas, projetos e ações a serem implementados para o alcance dos objetivos e metas; os mecanismos de avaliação e procedimentos de controle social das metas estabelecidas; e por fim o relatório final, onde são editadas todas as etapas do PMSB, o qual é encaminhado para aprovação em lei municipal.

Todas as etapas do PMSB possuem atividades de mobilização social visando à participação efetiva da população para que a mesma se torne corresponsável pelo planejamento dos serviços públicos de saneamento básico do município. Estas atividades são oficinas, fóruns, audiências, visitas técnicas, seminários, gincanas e outros meios de engajar os munícipes conforme a realidade local, onde são discutidas as componentes do saneamento básico no que diz respeito à gestão, política pública e infraestrutura.

A interface entre planejamento urbano e saneamento básico é complexa, uma vez que o desenvolvimento da urbanização das grandes cidades brasileiras revelou e/ou ampliou as desigualdades existentes e, conseqüentemente, trouxe à tona diversos problemas socioambientais (MORAES, 2018). O saneamento básico possui relação com a habitação e a urbanização visto que, reciprocamente, um gera efeitos sobre o outro uma vez que a ineficiência da prestação dos serviços públicos de saneamento básico subtrai da população o seu direito de usufruir da estrutura e dos espaços públicos de sua cidade, com igualdade de utilização; e habitações em áreas de difícil acesso, fora da 'área' de planejamento dos órgãos públicos, dificulta o acesso dos moradores desta 'área' aos serviços públicos essenciais.

Tendo em vista que o direito "a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, [...]" (BRASIL, 2001, p.1) está presente como uma das diretrizes gerais da política urbana estabelecida no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), bem como a gestão democrática por meio da participação social desde a formulação até o acompanhamento de projetos e planos, considerou-se necessário um estudo que abordasse a participação e o controle social como elemento transversal às políticas públicas de saneamento básico e desenvolvimento urbano, tendo como foco os instrumentos das mesmas, o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Diretor Municipal, respectivamente. Inserindo a participação social em todas as fases do planejamento bem como na elaboração dos planos em questão, esse processo pode construir um projeto coletivo que será reconhecido pela população, além de ser tecnicamente fundamentado e politicamente sustentado, com um bom índice de sucesso, fazendo com que esse estudo seja extremamente importante para as áreas de saneamento básico e de desenvolvimento urbano, bem como se mostra relevante para o campo da gestão de políticas públicas.

Desta forma, o objetivo desse trabalho é mostrar a importância da participação popular, em suas diversas esferas e organizações, no planejamento de políticas públicas e sociais de modo a considerar o planejamento como um processo de decisão político-social e não apenas um produto técnico, tomando como exemplos o plano diretor municipal e o plano municipal de saneamento básico de Luís Eduardo Magalhães-BA.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica baseado no desenvolvimento urbano nacional e políticas públicas sociais. Para sustentar as conclusões obtidas foi avaliado o Plano Diretor do município de Luís Eduardo Magalhães, em concomitância com seu respectivo Plano Municipal de

Saneamento Básico (PMSB), bem como a Lei Complementar n° 791/2017, de 02 de junho de 2017, que revisa o Plano Diretor de Luís Eduardo Magalhães, nos termos do art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade, redefine o perímetro urbano, institui o Plano LEM 50 e dá outras providências.

O município de Luís Eduardo Magalhães está localizado no Oeste da Bahia, no Território de Identidade Bacia do Rio Grande e, conforme projeção do IBGE, possui atualmente cerca de 83.557 habitantes. A Figura 1 apresenta a localização do referido Município.

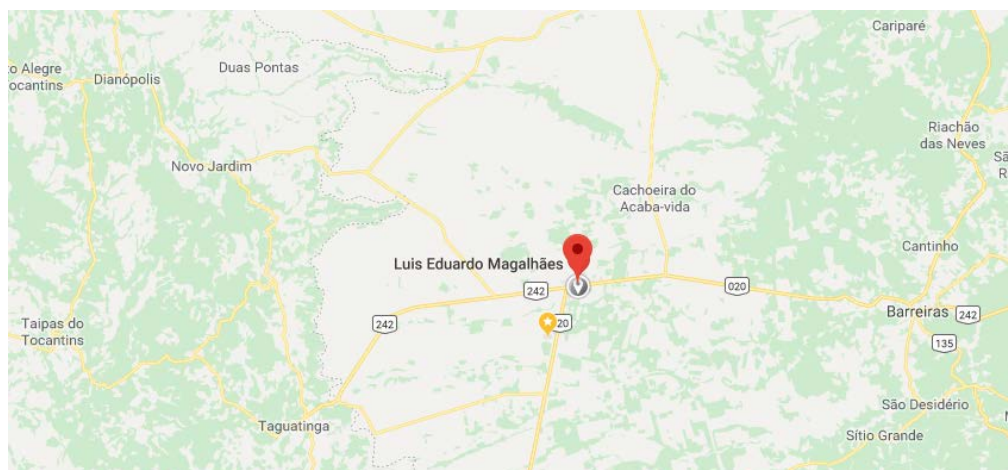


Figura 1 – Mapa de Localização do município de Luís Eduardo Magalhães-BA

Fonte: Google Maps, 2018.

Apesar de ser um Município novo, emancipado em 2000, representa uma das principais áreas agrícolas do Estado e do País, sendo alvo de grandes empreendedores do agronegócio, inclusive estrangeiros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise do processo de elaboração dos planos do município de Luís Eduardo Magalhães, notou-se que a elaboração do Plano Diretor Municipal (atual Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável-PDDS) levou um tempo muito menor quando comparado ao processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, levando o PDDS cerca de seis meses, enquanto o PMSB (Figura 2) levou cerca de quatro anos.

Sabe-se que a gestão municipal demanda competência e que o planejamento deve ser visto como primeiro passo para uma gestão efetiva, portanto seus gestores devem fazer bom uso dos instrumentos, inclusive e principalmente a Plano Diretor. Para tal feito, é necessário que se faça uma análise situacional do município acerca de suas características sociais, econômicas, culturais e ambientais. Compete ao Arquiteto e Urbanista, por exemplo, a retratação da cidade real e não a reprodução da representação, assim, metas, planos e programas são estabelecidos em função da real necessidade.

Outro fato constatado, na revisão bibliográfica e documental, é que apesar desenvolvimento urbano estar diretamente ligado com a qualidade dos serviços públicos de saneamento básico prestados, os municípios têm dificuldade em relacionar as ações desses planos, elaborando o plano de saneamento básico sem integração ao plano diretor municipal ou à outras políticas do município e vice e versa. Há uma dificuldade em enxergar o saneamento básico, entre outras políticas públicas setoriais, como algo complexo e interdisciplinar. Desde a Constituição Federal de 1988 a elaboração de leis e políticas públicas impulsionou diversas áreas, inclusive a de desenvolvimento urbano e a de saneamento básico. A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída em 08 de janeiro de 1997, por meio da Lei n° 9.433, definiu que durante a sua implementação, deve ocorrer a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e a articulação da gestão de recursos hídricos com a gestão do uso do solo. Já o Estatuto da Cidade, Lei n° 10.257, 10 de julho de 2001, traz com um dos objetivos da Política Urbana ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana além de ressaltar o Plano Diretor como instrumento importante para o planejamento da

ordenação e controle do uso do solo. Por fim, a Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, definiu que os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestados com base na articulação entre as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de promoção da saúde e de proteção ambiental, além de elucidar que a integração das infraestruturas e serviços devem visar a minimização dos impactos ambientais relacionados à implantação, das obras e dos serviços públicos de saneamento básico. Assim, assegurando que estas sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e a saúde (BRASIL, 2007).

A fragmentação na gestão do saneamento básico, por exemplo, é uma característica que impede o poder público de visualizar de forma transversal os problemas existentes no município, o que acaba gerando como consequência possíveis restrições na efetividade das ações (BRITTO; LIMA et al., 2012). Porém os municípios têm dado pequenos passos de mudança dessa realidade. Em 2017, o município de Luís Eduardo Magalhães, alterou seu Plano Diretor (Lei nº 255, de 14 de junho de 2007), por meio da Lei Complementar nº 791/2017, que por ser um instrumento da política de expansão urbana e desenvolvimento social, foi denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS), propondo um planejamento mais flexível, podendo ser modificado de acordo com a necessidade municipal. A LC nº 791/2017 propõe a integração entre o PDDS com o Plano de Saneamento Básico e com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como estabelece em seu art. 7º, inciso V, a participação popular como princípio na elaboração do PDDS.

A Figura 2 mostra, de forma simplificada, os temas abordados no diagnóstico técnico-participativo do PMSB de Luís Eduardo Magalhães.



Figura 2 - Temas abordados no diagnóstico participativo de Luís Eduardo Magalhães-BA

Fonte: Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, 2017.

A atitude tomada pelo município de Luís Eduardo Magalhães é vista como um exemplo de estratégia de enfrentamento da crise instalada nas áreas de planejamento urbano e de saneamento básico condizente com a realidade local. É inconcebível planejar o saneamento básico municipal sem levar em consideração as diretrizes estabelecidas pelo plano diretor municipal para as áreas de saneamento básico, da saúde e, principalmente, quanto à participação social. O que acontece com as gestões atuais frente aos prazos de elaboração dos planos de diversas áreas e a falta de corpo técnico competente é que os planos diretores acabam sendo elaborados pelos órgãos municipais, sem a participação ativa da população, o que pode gerar omissão de parte da realidade do espaço em questão e priorização de interesses de empresas privadas, principalmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo. O Plano Diretor é um instrumento político que necessita de transparência e democratização para ser exitoso. A transparência é fundamental para a implementação do Plano Diretor, o que pode ser observado quando se torna pública as diretrizes e prioridades do município. E a democratização do planejamento dar-se-á pela participação da sociedade em todo processo do Plano, que é garantido por lei, assim

como a “participação ativa das entidades representativas da sociedade na elaboração do plano diretor garante sua legitimidade e propicia condições para sua efetiva implementação” (BRAGA, 2001, p. 98).

Outra questão comumente vista na elaboração e nas práticas propostas pelos planos diretores é a redução do conceito de plano diretor em apenas zoneamento do território da cidade sede/município. É por meio do zoneamento que se estabelece o uso, controle e ocupação do solo. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, ou no caso do município de Luís Eduardo Magalhães, o PDDS, é um dos principais instrumentos de planejamento urbano e ambiental que afeta diretamente a qualidade de vida no perímetro urbano. O Plano Diretor contempla o zoneamento, porém, deve abranger/contemplar a mobilidade urbana, a educação, saúde, habitação, o saneamento básico, a segurança pública, as questões ambientais, entre outras. O Plano Municipal de Saneamento Básico do município em questão, deve incorporar os objetivos e diretrizes estabelecidas no PDDS.

O objetivo da política urbana estabelecida pelo Estatuto da Cidade é “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (BRASIL, 2001, p.1) e tais objetivos serviram como base para a elaboração do PDDS do município de Luís Eduardo, como os princípios:

- I. da função social da propriedade;
- II. do desenvolvimento sustentável;
- III. da igualdade e da justiça social;
- IV. das funções sociais da cidade;
- V. da participação popular.

O processo de urbanização atual, o qual inclui as favelas, ocupações espontâneas e vilas, justifica-se, entre outros fatores, pela industrialização com salários incapazes de proporcionar uma residência digna aos trabalhadores, ao mercado imobiliário especulativo, que vê a cidade como mercadoria, e as legislações existentes, que muitas vezes são ambíguas ou aplicadas de maneira arbitrária. Vale lembrar que o problema da urbanização no Brasil, não tem a ver com a falta de leis ou planejamentos relacionados, mas sim da falta de aplicação das leis existentes e de um planejamento capaz de incluir a cidade ilegal, sendo essa fruto do desenvolvimento urbano “precoc”, a exemplo da criação de Brasília, que o crescimento da cidade ilegal, que mesmo sendo ignorada, já faz parte da realidade do País (MARICATO, 2000 *apud* SOUZA, 2003).

Além disso, geralmente a elaboração destes instrumentos não absorve parte da população que mora em locais de difícil acesso (cidade ilegal), que por esta razão tem acesso (quando tem) aos serviços públicos precariamente. Arantes considera que:

A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da ‘cidade oficial’ [...] Ela não cabe ainda, de modo rigoroso, nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa, o IBGE (ARANTES, 2000, p. 122).

A privação de serviços, ou seja, o não acesso ou a má qualidade dos serviços públicos de saneamento básico, por exemplo, representam essa cidade desigual e “não oficial”. Com base nisso, é possível repensar o conceito de deficit no saneamento básico. Os dados da PNAD-IBGE de 2014 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que 95% dos domicílios brasileiros tinham acesso a água, porém, somente 56% deles tinham esgotamento sanitário. Na região Nordeste apenas 87,82% dos domicílios tem cobertura de água e 36,09% contam com esgotamento sanitário e, em relação a coleta de lixo, a PNAD cita que a região Nordeste, mesmo tendo o maior aumento na proporção de domicílios atendidos, ainda tem a menor proporção com 79%.

Quando a Lei nº 11.445/2007 estabeleceu a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB), agora denominado Plansab, elaborado e coordenado pelo então Ministério das Cidades (MCidades), alguns conceitos puderam ser revistos. Uma das etapas do Plansab consistiu na elaboração do Panorama do Saneamento Básico no Brasil, que desenvolveu uma análise situacional das condições do saneamento básico no País e considerou um novo conceito de deficit, levando em consideração “além da infraestrutura implantada, os aspectos socioeconômicos e culturais e, também, a qualidade dos serviços ofertados ou da solução empregada”

(MCidades, 2013, p. 25). Esse novo conceito alterou os números diferentes de aqueles de apenas acesso aos serviços ao expor uma outra realidade das cidades brasileiras.

Ao alterar o Plano Diretor passando esse a ser, a partir de junho de 2017, Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (PDDS), a gestão municipal de Luís Eduardo Magalhães reforça a importância da participação popular quando traz como uma das diretrizes gerais o item II do Art. 12 “a gestão democrática da cidade e o incentivo à participação popular na formulação e execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento, como expressão do exercício pleno da cidadania” (LUIS EDUARDO MAGALHÃES, 2017, p.6).

O Plano como instrumento de planejamento deve ser fruto de um processo de decisão político-social, devendo-se ter o cuidado para não transformá-lo em peça meramente técnica, elaborada para atender demandas locais. Os estudos de Braga (1995) sobre o fracasso dos planos diretores de desenvolvimento integrado de municípios paulistas desnudaram essa questão. O autor identificou dois motivos principais: i) a obrigatoriedade da elaboração do plano não foi suficiente para que os agentes públicos municipais percebessem a importância do planejamento enquanto um processo eficiente de gestão, sendo visto apenas como exigência burocrática e inútil ou como um instrumento útil apenas para facilitar a obtenção de recursos financeiros; e ii) a elaboração da maioria dos planos por órgãos ou empresas estranhas à Administração Pública municipal, inviabilizou a sua implementação, pois os planos podem ficar interessantes tecnicamente, mas inviáveis politicamente ou não ficam bons nem técnica nem politicamente devido aos elaboradores não conhecerem a realidade local ou pode tornar-se algo estranho à Administração Pública municipal que não participou de sua elaboração e, assim, não o considera como um instrumento legítimo, não se interessando por sua implementação. O autor ainda considera que “Geralmente o plano diretor é vendido como um produto eminentemente técnico, de difícil elaboração e entendimento por leigos, devendo, sua elaboração está a cargo de especialistas” (BRAGA, 1995, p. 4). Este comportamento exclui os atores sociais no processo de formulação do instrumento de planejamento.

Para provocar a questão do processo participativo no planejamento, Arantes (2000) parte do pressuposto de que o plano urbano deve ser a expressão democrática da sociedade, no combate à desigualdade, afirma que “muito papel foi gasto em torno do conceito de planejamento participativo, sem que a essa produção abundante correspondesse uma prática efetiva de participação social” (ARANTES, 2000, p. 180).

CONCLUSÃO

Os planos de saneamento básico, bem como os planos diretores municipais ou de desenvolvimento urbano devem ser vistos pela gestão municipal como instrumentos que faz parte de um processo de elaboração, aplicação, fiscalização e controle, que possibilitam uma gestão mais democrática e atuante e isso só é possível com a participação e controle social em todas as etapas do instrumento (elaboração, implementação, monitorização, avaliação e revisão).

O Plano Diretor Municipal, bem como o Plano Municipal de Saneamento Básico não devem ser vistos como produtos técnicos e se apresentar como algo inalcançável pela população no que diz respeito ao seu entendimento e capacidade de contribuição. Esta visão tecnocrática do planejamento deve ser modificada.

O destaque dado ao município de Luís Eduardo Magalhães é pela iniciativa do mesmo trabalhar a interface dos planos visando, como consequência, o possível desenvolvimento sustentável do Município. É considerado possível pois, o plano, seja ele de qualquer área, deve ser um instrumento aplicável e aplicado. Sem propostas coerentes com a realidade do município e sem a força dos gestores e da população para que sejam colocadas em prática ações estruturais e estruturantes propostas, os planos se reduzem a apenas documentos técnicos com baixa probabilidade de chegar perto de uma ação social efetiva que vise à universalização tanto dos serviços públicos de saneamento básico como do direito à cidade e à moradia.

Ao se pensar Políticas Públicas de Saneamento Básico torna-se necessário fazer de uma forma mais inclusiva, não somente do ponto de vista do atendimento, mas do modo de pensar e de se estudar. As articulações que existem entre ambiente urbano e saneamento básico são reproduzidas nas articulações entre suas políticas, desse modo, torna-se necessário pensá-las também de forma integral (MORAES, 2018)

Apesar das dificuldades inerentes a participação e ao controle social sobre as ações da gestão pública, os municípios brasileiros tem se mostrado preocupados, mesmo que timidamente, com a resposta da população quanto ao cumprimento deste princípio. Ele pode ser compreendido como a “possibilidade de a sociedade organizada intervir nas ações do Estado, no gasto público, redefinindo-o na direção das finalidades sociais, resistindo à tendência de servir com exclusividade à tendência capitalista”, como definido por Correia (2000, p.18-19) como sendo o controle social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, H. A Cidade do Pensamento Único. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
2. BRAGA, R. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. In: CARVALHO, P. F. D.; CARVALHO, R. Perspectiva de gestão ambiental em cidades médias. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. p. 95-109.
3. BRAGA, R. Plano Diretor Municipal: três questões para discussão. Caderno do Departamento de Planejamento, Faculdade de Ciências e Tecnologia-Unesp, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.15-20, ago. 1995.
4. BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em: 6 dez. 2017.
5. BRASIL. Lei Federal nº 10.257 – Estatuto da Cidade. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 28 jan. 2018.
6. BRITTO, A. L. N. D. P. et al. Da fragmentação à articulação: a Política Nacional de Saneamento e seu legado histórico. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 14, p. 65, mai. 2012.
7. CORREIA, M.V.C. Que controle social? Os Conselhos de Saúde como Instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
8. OXFAM. Desigualdades Urbanas. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/cada-vez-mais-desigual/desigualdades-urbanas>. Acesso em: 27 jan. 2018.
9. MCIDADES. PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico. Brasília, dez. 2013.
10. MORAES, L. R. S. Águas urbanas e saneamento básico no PDDU 2016: da letra da Lei à necessidade de efetiva implementação. In: PINHO, H.; SERRA, O.; NUNES, D. Salvador e o colapso do planejamento urbano: a questão do PDDU. Salvador: Edufba (no prelo). 28p.
11. Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, 2017. Plano Municipal de Saneamento Básico de Luís Eduardo Magalhães. Lei Municipal n.º 819/2017 de 14 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://luiseduardomagalhaes.ba.io.org.br/diarioOficial/download/469/507/0>. Acesso em: 14 mai. 2018.
12. RIBEIRO, L.C.Q. Reforma Urbana na Cidade da Crise: Balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, L.C.Q., SANTOS JÚNIOR, O.A. Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana - O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.261-290.